

A LÉM DO ESTADO E DO MERCADO: a busca de novos parâmetros de institucionalização da informação

Maria Nélide G. de Gómez

A institucionalização da informação é uma das questões emergentes na década de 90. Para uns, a não institucionalização da informação e dos modelos contratuais de ação, é o saldo dos períodos autoritários e a promessa irrealizada da herança moderna. Para outros, a mundialização econômico-tecnológica das esferas de informação demanda a busca de novas alternativas sociais a uma dupla linha de gestão da informação: pelo Estado e pelo mercado.

As duas contextualizações da questão são, de fato, pertinentes.

Em seus inícios, o paradigma societário dos estados modernos caracterizou-se pela centralidade da função cognitiva e pela natureza inclusiva de suas instituições. Tratava-se de incorporar a todos e a cada um dos indivíduos em formas coordenadas de ação (ora como produtores, ora como eleitores, enfim, como consumidores). Para isso, um *quantum* mínimo de informação deveria circular entre todos os indivíduos, e em todos os contextos sociais, mantendo unidos em um *bloco*

O paradigma societário moderno institui o valor da informação como fator de racionalidade administrativa e de atualização das relações contratuais entre cidadãos e o Estado. Na América Latina e no Brasil, a busca de novos parâmetros de institucionalização democrática lembra-nos da importância de uma compreensão relacional das figuras políticas da informação, ancoradas na sociedade e equidistantes dos modelos reducionistas centrados no Estado ou no mercado.

todas as posições na pirâmide distributiva do poder.

Como base, podia pressupor-se um *minimum* lógico e ético, responsável por um consenso *minimum*, que garantisse a comensurabilidade de todas as esferas formalizadas do discurso social. Eram esses mesmos mecanismos os que garantiram que a *política*, como definição da vida que escolhemos para nossa existência coletiva, continuar-se-ia nas formalização jurídica da formação coletiva da vontade.

São essas lógicas de equivalência da *sociedade contratual* que organizam os planos de integração da sociedade moderna: o mercado, o parlamento, a opinião pública, a formação discursiva do consenso.

Essas premissas das instituições modernas não só legitimavam os direitos de acesso à informação da cidadania, mas também deveriam estruturar os processos de produção, organização e circulação de informação do governo e suas organizações.

Uma rede constante de produção e registro de informação manteria num mesmo tecido as testemunhas das relações contratuais entre o Estado e os cidadãos e dos cidadãos entre si.

A expansão da intervenção do Estado na esfera dos serviços públicos e das políticas previdenciárias resultará na expansão das relações contratuais em pactos parciais e temáticos e, pelo tanto, na construção de novas testemunhas informacionais que deviam legitimar e preservar a atualidade e a memória da relação. Tal a contraparte informacional do Estado do bem-estar.

Não é isso que ocorre nas sociedades pós-coloniais e neo-industriais, de fraca hegemonia, na medida em que as elites dominantes não conseguem ou não se interessam em sustentar propostas

globalizantes e inclusivas para os grandes segmentos sociais.

Sem a figura do *contrato de cidadania*, o Estado perde a responsabilidade de seus atos frente à sociedade e antes que gerir e organizar a informação desativam-se as testemunhas informacionais dos atos de governo. As ações de informação efetivamente realizadas, por outro lado, não conseguem consolidar-se em espaços intituicionais, ao não estarem ancoradas de maneira duradoura e legítima na *demanda* dos atores sociais organizados.

Resulta, assim, um aparente paradoxo das esferas das políticas de informação latino americanas, onde temos ao mesmo tempo um Estado centralizador, com forte intervenção no setor, e uma institucionalização fraca e descontínua das ações de informação, em todos os planos organizacionais.

No Brasil, a partir dos anos 37/38, e na década do 40, o *locus* da informação na esfera do Estado está ligada ao projeto de *modernização do Estado* e às ações de informação do DASP - Departamento de Administração do Serviço Público.

De fato, a informação documental é mais bem uma esfera da idealização modernizadora do Estado e de *ensinamento da doutrina administrativa*, antes que

um espelho onde se corporalizam as ações de Estado.

Outros empreendimentos significativos do mesmo período são o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) e o INL (Instituto Nacional do Livro). Neles, porém, *o Estado é sempre agente privilegiado de recepção e emissão de informação*. Antes que a transparência do Estado para a Sociedade ou para ele mesmo, constituía-se a transparência da sociedade para o Estado. Lourenço Filho, diretor do INEP entre 1938 e 1945, afirmava que a simples classificação de material estatístico, legislativo e bibliográfico, começava revelar *a realidade da educação*.

Uma redefinição do *locus* político da informação resultará da inclusão progressiva da informação científica e tecnológica como objeto de intervenção do governo. As ações de informação científica e tecnológica serão interiorizadas pelo Estado e verticalizadas através de agências específicas: um ponto de partida será a criação de CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa - em 1951, e do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação - IBBD -, em 1954. A culminação dessa linha de ação acontecerá na década de 70, com a transformação do IBBD em IBICT: Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica e com a inclusão da ICT nos planos nacionais de desenvolvimento.

São ações orientadas a subsidiar o aparelho industrial - militar, sob a orientação normativa dos conceitos de *segurança e desenvolvimento*, que então primam nas esferas decisórias do Cone Sul. Ações que são de fato limitadas pela insuficiente verticalização e desdobramento em todos os segmentos da vontade estatal, e a falta de interação com diferentes setores da vida social. Finalmente, em meados da década de 90, observa-se o retrocesso da ação do Estado e das agências de cooperação internacional e pareceria ficar interrompida a fase promotiva das atividades científicas e de informação.

Do mesmo modo, os projetos *distributivistas*, quando colocados em ação, promovem a intervenção do Estado para ampliar os fluxos e a circulação de informação dirigidos à sociedade.

Tais as iniciativas de Mário de Andrade e outros intelectuais - como Borba de Moraes - que dão início à experiência de bibliotecas populares em São Paulo, na década de 20, ou projetos como o INEP ou o INL, na década de 30, que serão reformulados nos projetos educacionais do nacional-desenvolvimentismo.

A extensão rural, as campanhas de saúde, são outras das esferas das políticas promotoras do Estado, cujo alcance e resultados são hoje objeto de reflexão e revisão dos agentes envolvidos. A comunica-

ção pública da informação é um dos mais densos e importantes domínios dos estudos de informação.

O silêncio da sociedade como abrangente dos possíveis alvos das ações promotoras de informação - não é um silêncio *oco*: a falta de palavras para dizer alguma coisa não é o mesmo que não ter nada dizer.

De fato, a sociedade, durante o período autoritário, ficaria excluída da política, com a interrupção das práticas eleitorais e parlamentares. Nesses anos, especialmente na década de 80, ora espaços coletivos, na esfera da cultura e da atividade científica, serão reformulados como espaços políticos, ora segmentos da sociedade são incorporados de maneira *não-pública* na esfera do Estado, sob as formas neocorporativas das *comissões* e das consultas. Díficeis caminhos em direção à fala...

É com a Constituinte de 1988 que o indivíduo e a sociedade ganham um *espaço político institucional* ampliado e juridicamente explicitado, definindo-se um novo *locus* para a questão da informação na esfera das políticas públicas e equacionando ao mesmo tempo as responsabilidades da gestão da informação do governo e o direito à informação como demanda dos cidadãos.

O período dito da *transição democrática* agrega os atores mo-

dernos e seus movimentos associativos na procura da redefinição dos jogos políticos.

Ao mesmo tempo, a nova ordem internacional da comunicação e da informação começa a reformular as condições internas e externas do possível diálogo societário.

Diferentes leituras parecem indicar um deslocamento das formas preferencias de controle e acesso à informação na sociedade contemporânea: tratar-se-á da passagem da Gestão Institucional da Informação, com um papel forte do Estado, a novas formas de Geração e Circulação da Informação reguladas pelos mecanismos de um mercado monopólico ou organizado.

As atividades ditas de informação passarão de fato, após as primeiras décadas do século XX, de serem função secundária ou instrumental de outras atividades fim, a ser função primária, ganhando autonomia e configurando um novo setor institucional.

A partir da década de 60 a sociedade pós - industrial, que já tivera passado por um processo acelerado de terciarização (crescimento ascendente do setor de serviços), começa a investir na industrialização e *mercadorização* da informação e de suas infraestruturas técnicas e administrativas.

São os códigos instrumentais (máquinas, sistemas e redes) os que

condicionam as pragmáticas das instituições, outrora exclusivas em seu poder disciplinar. A *hegemonia* institucional deve refazer suas alianças e conflitos no quadro dos monopólios da base econômico - tecnológica.

Ao mesmo tempo, a orientação da informação para o mercado leva a recuperar a figura do *usuário* de serviços de informação, para estudá-lo e modelizá-lo como cliente e alvo de ação mercadológica. Na beirada do século XXI, as figuras políticas desenhadas pelas relações entre a sociedade, o Estado e a informação não transcendem os agenciamentos gerados no século XIX e já confrontados em outros litígios históricos do século XX: o Estado e o mercado.

Às figuras patrimonialistas, estratégicas e distributivistas, centradas no Estado e que o projeto neo-liberal remete ao passado, opõe-se hoje a figura globalizadora de um mercado *além do Estado*.

Nos extremos de uma linha imaginária onde se inscrevem os modelos de decisão política, a figura patrimonialista centrada no Estado e a figura mercadológica, centrada no mercado, produzem efeitos semelhantes através de mecanismos comunicacionais diversos. Nota-se da construção de um sujeito regulado ou complacente, que fica do *lado de fora* do sistema-máquina de gestão dos fluxos de informação.

A *posição sujeito* das narrativas mediáticas são preenchidas por um *construto* que antecipa e substitui o receptor, e que seria o equivalente ao *usuário* das redes e sistemas de informação ou ao *cliente* dos produtos e serviços comercializados pela crescente indústria da informação.

A *elisão* do sujeito acompanha à *reificação* da informação.

No contexto patrimonialista, a *informação documentária* gerada pelo governo ou em mãos do governo, é tratada como *coisa*, sujeita às condições de formação e transferência dos estoques patrimoniais, dado que tem-se perdido toda a potência relacionante das funções de comunicação e de memória e carece da relevância instrumental que lhes concede a institucionalização da racionalidade administrativa.

A figura patrimonialista, no contexto de governos autoritários, pode explicar a ausência de políticas de informação explícitas e contínuas: nesses governos os grupos que detêm o poder arbitram ações de informação não sujeitas a processos de legitimação nem a critérios formulados em contextos públicos e deliberativos.

Centrada na idealização neoliberal das lógicas competitivas, e na expansão globalizadora das tecnologias de comunicação e informação, desenvolve-se cada vez com mais ênfase uma *figura*

mercadológica das trocas de informação.

Aposta-se, assim, na potência do mercado para reorganizar os espaços das ações de informação, espaços hoje depauperados pela desigualdade econômica, a dependência tecnológica e a assimetria social.

O mercado, porém, longe de ser a premissa fundadora do melhor ordenamento social, só parece ter-se concretizado nos Estados capitalistas, de bases organizacionais jurídico-representativas, permitindo-se pensar que é por sua ancoreagem histórica e política num ordenamento social que ele obtem os critérios e as condições estruturais das trocas e dos fluxos dominantes (de bens, de tecnologia, de conhecimento).

Por outro lado, pelas redes mediáticas e telemáticas só circulam *sinais* e *mensagens*: as informações e o sentido são realizações dos processos cognitivos e comunicacionais de indivíduos, grupos coletivos de ação, em suas singularidades temporais e culturais. Nenhum monitor de computador, nenhum CD - ROM pode prender como num casulo ou numa teia, uma única e milésima partícula de informação ou de sentido. A forma mercadoriana não consegue tampouco apropriar-se dos valores de informação, sem sujeitos geradores e interlocutores que efetivam suas trocas culturais *aquém ou além do mercado*.

Nesse quadro, o conceito de *sociedade civil*, retomado hoje além de sua origem como cerne dos sistemas ocidentais de Estado jurídico - representativo, oferece novos ângulos de reflexão, em sentido teórico e prático.

Como *conceito analítico*, propõe uma reconstrução diferenciada das formas organizacionais das sociedades complexas, em oposição às fórmulas de *fusão*: fusão da sociedade no Estado (Hegel), fusão do Estado na sociedade (Marx), fusão da sociedade no mercado (neoliberalismo).

Como *conceito prático* ou de uma *gnoseologia política*, caracteriza um espaço de definição e organização das relações sociais a partir da ação e o empreendimento dos próprios atores locais, em seus mundos de vida habituais e nas circunstâncias atuais. Nessa figura da sociedade civil, como ponto ideal onde "as subjetividades individuais misturam-se aos grupos e às instituições ; os atores sociais podem desenvolver formas de autoconstrução desde onde lidar com as ofertas reguladoras e compulsórias do Estado e do mercado.

Trata-se de pensar no quadro das relações entre a sociedade local e a global, o Estado e o mercado, sem reducionismos *a priori* de formas institucionais privilegiadas.

Na América Latina será necessário ainda uma reformulação jurídica

da cidadania do conhecimento, da comunicação e da informação.

A consolidação e a ampliação dos direitos à informação dependem de fato da consolidação de um Estado de direito, e seu aprofundamento pela *publicização* do Estado ou pela *desprivatização* dos ciclos de geração, preservação e transmissão da informação da esfera do governo. Trata-se, porém, de uma oferta e uma interpelação do Estado sobre a sociedade, e sustenta um conceito *passivo* de cidadania.

É necessário, aliás, instituir um conceito *ativo* de cidadania. Para isso, seria preciso recortar os espaços de ação social e seus agenciamentos coletivos, como plano onde deverão ser colocadas as questões e as finalidades que darão resposta aos recursos e disponibilidades das esferas tecnológicas e administrativas, e as ofertas dos mercados.

Com efeito, as esferas societárias de comunicação são mais ágeis que as agências governamentais para redefinir parcerias e participações nas reformulações regionais dos espaços de informação, e à luz dos equipamentos mundializadores das novas tecnologias.

Podem ser, aliás, mais densas e criadoras de figuras cognitivas, estéticas, valorativas que os mercados planejados e planejadores do capitalismo organizado.

São esses agenciamentos coletivos e as formas renovadas da solidariedade, que podem gerar as novas intuições informacionais de uma democracia radicalizada pela justiça econômica e social.

Bibliografia

- ANDRADE, Regis de Castro. *Presidencialismo e Reforma Institucional no Brasil*. CEDEC. *Lua Nova*, n.24, set.91, p.5-26.
- BASTOS, A. W. Ch. ; ARAUJO, R. A. *legislação e a política de Arquivos no Brasil*. In: *Acervo*, RJ, v.4-5, n.2-1, jul.dez.89/jan. jun. 90, p.19-33.
- ESPING-ADERSEN, Gosta. *As três economias políticas do Welfare State*. *Lua Nova*, n.24, set.91, p.85-116.
- FAORO, R. *Os donos do poder*. Porto Alegre, Globo, 1984. (2v.)
- JARDIM, José Maria. *O Brasil não lembra do Brasil*. *Jornal do Brasil* s/d.
- SCHWARTZMAN, S. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. R.J.,Campus, 1982.
- SILVA, L.A.G. *A institucionalização das atividades de informação científica e tecnológica no Brasil; o caso do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação*. Brasília, *Dissertação*. UNB, 1987.
- SILVA, S.B. da. *O Instituto Nacional do Livro e a Institucionalização de organismos culturais no Estado Novo (1937 - 1945): Planos, Ideais e Realizações*.

Dissertação. Mestrado em Ciência da Informação, ECO/UFRJ: DEP/IBICT.

SOUZA, H de M. R. *Rio de Janeiro: Transferência da capital Federal e seus impactos na esfera da Informação/Documentação*. *Dissertação*. ECO/UFRJ: DEP/IBICT, 1992.

Resumen

MÁS ALLÁ DEL ESTADO Y DEL MERCADO: LA BÚSQUEDA DE NUEVOS PARÁMETROS DE INSTITUCIONALIZACIÓN DE LA INFORMACIÓN

El paradigma societario moderno instituye el valor de la información como factor de racionalidad administrativa y de actualización de las relaciones contractuales entre ciudadanos y el Estado. En América Latina y en Brasil, la búsqueda de nuevos parámetros de institucionalización democrática nos recuerda la importancia de una comprensión de relación de las figuras políticas de la información, ancladas en la sociedad y equidistantes de los modelos reduccionistas, centrados en el Estado e en el mercado.

Abstract**BEYOND THE STATE AND THE MARKET: THE SEARCH FOR NEW PARAMETERS FOR INSTITUTIONALIZING INFORMATION**

The modern society paradigm institutes the value of information as a factor of administrative rationality and updating contractual relations between citizens and the State. In Latin America and Brazil, the search for new parameters for democratic institutionalization reminds us of the importance of rational comprehension of the political aspects of information, anchored in society and equidistant from the simplistic models centered either on the State or on the market.

Maria Nélide G. de Gómez é pesquisadora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT/CNPq.
